

Sobre o caso da professora de história de Curitiba

A mídia nacional veiculou amplamente um fato ocorrido em uma escola particular de Curitiba/PR, em que uma professora de história foi “massacrada virtualmente” por pais pela publicação feita por ela em uma rede social e que resultou em sua demissão voluntária.

O referido *post* foi uma crítica à manifestação de um grupo de alunos que, vestidos de preto, protestavam contra a corrupção e pediam justiça mediante fatos alarmantes ocorridos na mais alta esfera política do País.

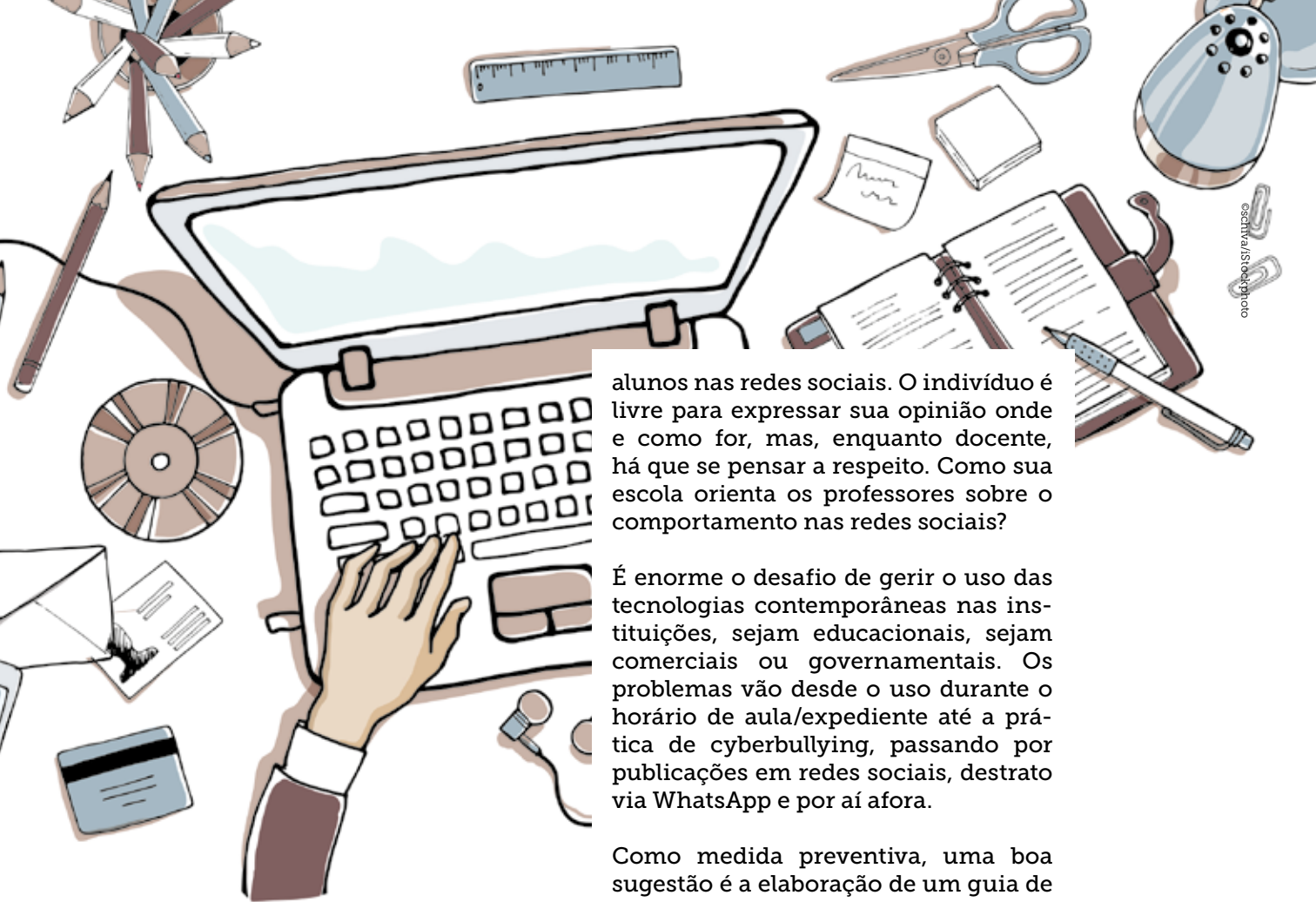
As palavras da professora, expressando seu desagrado com o ato cívico, foram: “Hoje, vi crianças numa escola vestindo preto e pedindo golpe. Desprezando a democracia e exalando ódio. Parece que não conseguimos escapar do que Marx profetizou quando disse que a História se repete, primeiro como tragédia, depois como farsa...”. Como ilustração, uma foto de crianças uniformizadas em roupas pretas.

O que vem sendo questionado é o massacre dos pais que vociferaram palavras de ódio e intolerância em resposta ao *post*, além de todas as considerações sobre o impacto que os últimos acontecimentos políticos promovem e estão promovendo nos espaços escolares.



Danielle Lourenço
Pedagoga e consultora em Tecnologia Responsável





©scottvialstockphoto

Eu gostaria de ir um pouco além desse viés e comentar sobre como o uso das redes sociais e demais aplicativos de rede vem sendo negligenciado por algumas instituições, que não compreendem sua corresponsabilidade no uso delas por parte de seu corpo docente e discente, considerando, muitas vezes, que o que acontece fora dos muros da escola não é de responsabilidade dela. Que fique bem claro que não estou criticando a escola em questão, uma vez que desconheço suas ações de enfrentamento em relação ao fato.

Entendo que tudo que reverbera no ambiente escolar é, sim, de responsabilidade da instituição, seja prevenindo, seja remediando, quando necessário. Pondero que é necessária a elaboração de diretrizes de uso de tecnologia na escola, orientando sobre várias questões, incluindo como deve ser o relacionamento de professores e

alunos nas redes sociais. O indivíduo é livre para expressar sua opinião onde e como for, mas, enquanto docente, há que se pensar a respeito. Como sua escola orienta os professores sobre o comportamento nas redes sociais?

É enorme o desafio de gerir o uso das tecnologias contemporâneas nas instituições, sejam educacionais, sejam comerciais ou governamentais. Os problemas vão desde o uso durante o horário de aula/expediente até a prática de cyberbullying, passando por publicações em redes sociais, destrato via WhatsApp e por aí afora.

Como medida preventiva, uma boa sugestão é a elaboração de um guia de boas práticas para o uso de tais recursos, com a finalidade de esclarecer algumas questões importantes nesse contexto e definir diretrizes. Além disso, a elaboração de tal manual busca garantir a segurança dos colaboradores e da própria escola no âmbito legal.

Esse manual pode ser produzido de modo colaborativo pelas equipes que utilizam tais ferramentas, ou, ainda, por uma área específica, como TI, por exemplo, e, na sequência, compartilhado com os demais. É importante garantir que TODOS tenham ciência do conteúdo de tal documento.

Pode-se incluir essas orientações no contrato escolar para pais, contrato de trabalho para docentes e como um trabalho a ser realizado em sala de aula para ciência dos alunos. Não há um modelo de manual. Deve-se desenvolver esse guia de acordo com as características da instituição e dos recursos que utiliza e abranger todos os públicos: alunos, docentes e pais.

Listo a seguir informações comuns que podem ser consideradas:

1. Uma breve introdução justificando o motivo pelo qual tal material foi desenvolvido e o que se espera como resultado com a aplicabilidade das orientações nele contidas.

2. Esclarecimento, detalhado, de como a escola entende o uso ético e responsável de cada um dos recursos disponibilizados. Podem ser mencionados, entre outros:

- Smartphones;
- E-mails – uso profissional e pessoal, formatação e layout, adequação de linguagem;
- Uso da web em horário de expediente;
- Acesso a redes de relacionamento;
- Uso dos servidores da empresa para armazenamento de arquivos pessoais;
- Downloads e uploads;
- Gerenciamento de impressão;
- Softwares piratas;
- Vírus – consequências deles na rede da escola;
- Questões de ergonomia e problemas de saúde decorrentes do mau uso do computador.

3. Também podem ser dadas informações gerais, como uso de imagem, direito autoral, cyberbullying, pedofilia, predadores sexuais virtuais, clonagem de dados, ataque de *hackers*, *fakes*, *haters* e as armadilhas mais comuns da web.

A simples elaboração de um manual de boas práticas não garantirá a solução de todos os problemas de mau uso das tecnologias, mas pode ser um primeiro passo nessa busca, além de proteger legalmente as instituições.

Concluo este artigo, mas certamente a resolução para essas e outras questões afetas ao mundo das tecnologias contemporâneas ainda está em desenvolvimento e construção.

Despeço-me citando um extraordinário pensador contemporâneo, que tão bem tem descrito os dilemas atuais que vivenciamos: “Nós somos responsáveis pelo outro, estando atentos a isso ou não, desejando ou não, torcendo positivamente ou indo contra, pela simples razão de que, em nosso mundo globalizado, tudo o que fazemos (ou deixamos de fazer) tem impacto na vida de todo mundo e tudo o que as pessoas fazem (ou se privam de fazer) acaba afetando nossas vidas” (Zygmunt Bauman, em *Modernidade líquida*). ■

dani@daniellelourengo.com.br

